



Ministério do Trabalho convoca BB para discutir efeitos do pacote

O ministro do Trabalho e do Emprego, Carlos Lupi, convocou o Banco do Brasil para uma audiência de negociação na próxima segunda-feira 14 com a CUT Nacional, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) e com a Comissão de Empresa, para discutir os efeitos do pacote baixado pela direção do BB sobre o nível de emprego e a precarização do trabalho.

O ministro tomou a decisão nesta quinta-feira 10, após receber a denúncia dos impactos negativos do pacote sobre o funcionalismo. A denúncia foi feita pelos presidentes da CUT (Artur Henrique da Silva Santos), da Contraf (Vagner Freitas), do Sindicato de Brasília (Jacy Afonso) e do Sindicato de São Paulo (Luiz Cláudio Marcolino), além do coordenador da Comissão de Empresa, Marcel Barros.

A reunião com o ministro foi solicitada pelo Sindicato e pela Contraf/CUT, depois que a direção do BB se negou a abrir negociações sobre as medidas de reestruturação anunciadas no dia 7, que provocarão demissões, fechamento de unidades e aumento da terceirização.

“O Sindicato está buscando todos os espaços possíveis para impedir demissões, fechamento de unidades, descomissionamento, redução de funções e terceirizações”, afirma o presiden-



À esq: Marcel Barros, coordenador da Comissão de Empresa; Jacy Afonso, presidente do Sindicato; e Luiz Antônio de Medeiros, secretário de Relações do Trabalho, do MTE. À direita: Luiz Cláudio Marcolino, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo; Vagner Freitas, presidente da Contraf, e Arthur Henrique, presidente da CUT. Ao centro, o ministro Carlos Lupi

te Jacy Afonso. “É lamentável que seja necessária a interferência do ministro do Trabalho e Emprego para que haja negociação com a diretoria de um banco público.”

Para o presidente da CUT Artur Henrique, a truculência do BB fere o espírito público que deve nortear a instituição, representa ataque à organização dos trabalhadores e inspira-se no que há de mais nocivo na lógica de mercado que rege os demais bancos. “É desastroso. Quero crer que essa atitude não é predominante em todos os setores do governo, e por isso estamos pressionando para obter compromissos que alterem esse cenário. Porém, se a direção do BB não abrir diálogo, estaremos mobilizados. Não há dúvidas”, concluiu.

Ministro surpreso com atitude do BB

Os dirigentes sindicais relataram ao ministro a forma autoritária como a direção do BB, nomeada pelo governo Lula, baixou o pacote de reestruturação, sem dialogar com o funcionalismo e com suas entidades representativas — o que foge ao padrão estabelecido pelo governo nas medidas que têm tomada em todas as áreas, quando os atores envolvidos e a sociedade participam das discussões. Em seguida, pediram ao ministro a suspensão das medidas que prejudicarão os funcionários do BB.

O ministro Carlos Lupi ficou surpreso com o comportamento da direção do Banco do Brasil e convocou a empresa para uma negocia-

ção no próprio Ministério, na terça-feira 15, às 10h.

A CUT, a Contraf e o Sindicato também solicitaram audiência com os ministros da Fazenda (Guido Mantega) e do Planejamento (Paulo Bernardo) e denunciaram a intenção de demissões e de terceirizações no BB à Procuradoria Geral do MPT.

A Contraf-CUT está orientando os sindicatos a realizarem nos próximos dias assembleias, plenárias, paralisações e outras atividades para denunciar as medidas do banco. “O pacote tem como objetivo terceirização e demissão de funcionários, além de aumentar a pressão dentro das agências, onde está havendo, dentre outras coisas, o sucateamento das comissões”, acusa Marcel Barros, coordenador da Comissão de Empresa.

Banco do Camargo, Banco do Lima, Banco do Luiz

Volta o pesadelo dos planos de demissões no Banco do Brasil

O funcionalismo acordou na última segunda-feira com outro pesadelo para atormentá-lo. O filme de terror é o mesmo. A diferença é que desta vez pessoas que o movimento sindical julgava ter algum compromisso com os empregados, que fizessem valer posições históricas, que cerrassem fileiras contra mais um ataque ao pessoal e se contrapusessem aos que mandam no banco há anos, estão do mesmo lado dos algozes de sempre.

A reestruturação que será feita no governo Lula (fechamento de agências, PAQ, PDV e redução de comissões) é similar ao do governo FHC. E é similar porque é capitaneada e pensada por muitos dos que foram cúmplices e ajudaram na formatação do programa daquela época.

Em 1995, o banco estava com **prejuízo acumulado de R\$ 4 bilhões**. O então diretor de RH, João Batista Camargo, publicou no dia do lançamento do plano:

“Temos uma comunicação importante: Banco do Brasil está lançando um plano de redução do seu quadro de pessoal através do Programa de Desligamento Voluntário...”

...Aceitar o desligamento pode viabilizar a realização de um sonho. Encare o programa dessa forma.

O desligamento voluntário é um procedimento que tornou usual em empresas que precisam reduzir seus quadros de pessoal e querem fazê-lo em condições altamente respeitadas para com seus colaboradores.”

Agora, em 2007, quando o banco apresenta **lucro de R\$ 6 bilhões**, o vice-presidente de pessoal, Luiz Oswaldo, expõe nos documentos que deram sustentação à decisão lançar novo PDV:

“Pensando nas pessoas, criamos condições para escolhas individuais, que conciliam os interesses dos funcionários e da Empresa. Alternativas que oferecem soluções caso a caso e que revelam cuidado e atenção com os funcionários..”

Alternativas: remoções, PAQ – Plano de adequação de quadros (transferências compulsórias); PAA – Plano de Afastamento Antecipado (demissões)”

A linguagem é diferente, mas o resultado é o mesmo: demissões de pessoas que deram a vida ao banco.

Afirmam estar pensando no funcionalismo, na possibilidade de um novo desafio e outros sofismas úteis nessas horas, na tentativa de esconder o que não se pode, que é brutalidade desse tipo de medida. Pois todos somos sabedores do destino que tiveram mais de 90% dos mais de 30 mil funcionários demitidos em 1995. É comum em muitas cidades encontrarmos esses ex-colegas sem emprego, fazendo bico ou sendo dependentes de ajuda de familiares.

Naquele ano, as medidas foram uma em cada mês: primeiro o PDV, depois o PAQ, e finalmente demissões compulsórias sem nenhum direito adicional ao previsto na legislação. Tudo para se adequar ao que diziam ser neces-

sário para concorrer com o mercado. Desta vez o pacote é completo e em linguagem de baixo nível: ou dá ou desce.

Novamente, alegam que precisam manter a rentabilidade do banco, rentabilidade que no ano passado superou os 30% sobre o patrimônio líquido em um único ano. Como se o papel do banco fosse o de apenas competir com o HSBC, Bank of América, JPMorgan Chase, Bradesco e Itaú — exemplos de comparação usados para justificar a reestruturação.

Lança novo plano para os altos comissionados, de novo como no ano de 2002, quando se deram mais de 150% de reajuste a uma turminha da DG, que vai se dar bem melhor que os mortais comuns das agências e dependências espalhadas pelo Brasil afora. Para estes, a perspectiva de crescimento será a cada três anos. Já para a turma da DG a possibilidade de ascensão será a cada seis meses. Isso mesmo: seis meses, mas somente para poucos 250 considerados de alto nível (o melhor seria baixo nível, pelo tipo de atitude).

O programa é o mesmo e as conseqüências serão parecidas, pois nos locais de trabalho instala-se o “salve-se quem puder”. Alguns administradores despreparados poderão ser novamente algozes de muitos funcionários pelo país afora.

O pior de tudo isso é que, desta vez, os que preparam há anos o banco para possível privatização não estão sozinhos na missão. Contam com colaboradores

que no passado diziam defender o funcionalismo do banco. Colaboradores que pensam mandar e ter poder na empresa.

Aos que já estiveram ao lado dos funcionários e pensam ter poder atualmente no BB resta uma saída: denunciar essas medidas e seus objetivos, pois os tucanos que continuam mandando no banco já começam a trabalhar com o cenário pós 2010, mesmo sem ninguém saber quem ascenderá ao poder. A alternativa à denúncia a esse novo golpe no funcionalismo é o lixo da história, mesmo lugar que foram colocados Camargo e seus seguidores, executores da maior história de destruição no funcionalismo do BB.

É isso que se espera daqueles que tenham o mínimo de coerência: juntar-se ao funcionalismo e denunciar, cobrando mudança de rumo e o fim da gestão dos tucanos no Banco do Brasil.

Até na “demissão incentivada” a discriminação é gritante. Para alguns executivos, os incentivos podem superar a cifra de R\$ 1 milhão. (Pelos corredores do BB em Brasília é comum ouvir que o ex-presidente Rossano Maranhão recebeu um incentivo de R\$ 1,4 milhão para deixar o banco e ir trabalhar na concorrência). Para nós, mortais comuns, três míseros salários de incentivo.

■ Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT)
■ Sindicato dos Bancários de Brasília

'Queremos PCC/PCS, jornada de 6 horas, isonomia e fim do assédio moral'

Sindicato não aceita demissões, descomissionamentos e redução de funções

Nesta segunda-feira 14 as dependências vão conhecer sua dotação, segundo a direção do BB. O superintendente de Varejo no DF, Luiz Carlos, assumiu compromisso em reunião com o Sindicato de que "não haverá perseguições e agenda oculta" em Brasília.

O Sindicato usará todos os meios a seu alcance para impedir demissões, fechamento de unidades, descomissionamentos e terceirizações, além de lutar para acabar com o assédio moral nas dependências, que aumentará com o novo pacote.

Assim como combateu o Eficiência Operacional, que atingia a Direção Geral, o Sindicato vai lutar para impedir que agora as agências e a Gerel sejam atacadas. Se prevalecer essa lógica, a terceirização poderá ser ampliada no futuro, inclusive na Tecnologia.

Na audiência da quinta-feira com o ministro do Tra-



Há anos os sindicatos querem discutir os temas realmente importantes para o funcionalismo, mas o BB tergiversa

balho e Emprego, Carlos Lupi, a CUT, a Contraf e o Sindicato entregaram documento denunciando a terceirização que vem ocorrendo no BB e pediram para que o banco seja incluído, de maneira prioritária, na segunda etapa de fiscalização da força-tarefa do Ministério do Trabalho contra a intermediação ilegal de mão-de-obra no sistema financeiro. Na primeira fase da investigação, o

Bradesco, o Unibanco e o ABN/Real foram autuados em R\$ 10 milhões.

O que o Sindicato quer é discutir com seriedade os temas verdadeiramente importantes para o funcionalismo. "Queremos resolver de forma definitiva as questões do PCC/PCS, do cumprimento da jornada de 6 horas, da isonomia de direitos, do fim do assédio moral e das metas abusivas", reivindica Rodri-

go Britto, diretor do Sindicato e coordenador do Coletivo do BB.

Contrastando com a rapidez com que o banco formulou nas sombras a reestruturação que quer impor ao funcionalismo, a discussão sobre o novo PCC/PCS se arrasta há mais de quatro anos, com uma indisfarçável má-vontade da direção do BB de resolver essa antiga reivindicação do funcionalismo.

Sipat tem ergonomia como tema. Atividades começam nesta segunda

Com o tema Ergonomia, começa na próxima segunda e vai até a sexta-feira 18 a segunda Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Sipat) conjunta BB e Caixa. As atividades, que contam com o apoio do Sindicato e a participação das Cipas

dos edifícios do Banco do Brasil (à exceção do Sede IV) e da Caixa, serão realizadas no Setor Bancário Sul.

Um café-da-manhã entre os funcionários dos dois bancos públicos marcará a abertura do evento. Exibição de palhaços, coral de música e

dança do ventre, massagem livre e palestras, como a de Liz Soboll sobre "Prevenção coletiva dos conflitos no ambiente de trabalho", fazem parte da programação, que será encerrada com uma apresentação musical a partir das 17h de sexta-feira.

No dia 20, também será realizada uma caminhada de saúde, partindo da Apcef (Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal), no Setor de Clubes Norte. A programação completa está disponível no site www.bancariosdf.com.br.

Livros mostram **impactos negativos** de reestruturações no Banco do Brasil

Traumática para milhares de trabalhadores, o plano de reestruturação do Banco do Brasil, fundamentado principalmente no Programa de Desligamento Voluntário (PDV), acabou com a segurança no emprego no banco e transformou a imagem da instituição. O plano foi iniciado no governo Collor e intensificado nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso. Agora, mesmo diante de um governo democrático e popular, a direção do BB lança outro plano de reestruturação.

Com o objetivo de dissecar o plano de reestruturação do banco, Francisco Ferreira Alexandre, bancário do BB e atual diretor de Administração da Previ, e Lea Carvalho Rodrigues, antropóloga e ex-bancária do BB, publicaram livros sobre o assunto.

Lançado em 2002, “Reestruturação e o Fim da Segurança no Emprego do Banco do Brasil”, de Francisco Alexandre, apresenta os impactos do processo de reestruturação do BB ocorrido durante os mandatos de FHC, particularmente no nível de emprego, nas relações de trabalho e na trajetória profissional dos bancários. Alexandre também cita que quase 43 mil trabalhadores foram excluídos do banco que no passado era uma referência especial de segurança, estabilidade e de um lugar bom para se trabalhar.

“Entre janeiro de 1995 e o final de 1996 houve o que pode ser considerada uma epidemia de suicídios no BB, pois mesmo com as características desgastantes que tem o serviço bancário, o banco nunca havia experimentado o número de casos como naquele período: 20 suicídios em menos de dois anos. O período foi marcado também pelo aumento das doenças psicossomáticas, distúrbios emocionais, doenças do coração e desagregação familiar”, diz o livro.



Mudanças estruturais no BB se confundem com a história recente do país

Em seu livro “Metáforas do Brasil – Demissões Voluntárias, Crise e Rupturas no Banco do Brasil”, lançado em 2004, Lea Rodrigues faz uma análise da reestruturação no banco e a relaciona com as transformações ocorridas no próprio país na década de 90. Lea, que trabalhou por quase 20 anos no BB, diz que ao longo de décadas a instituição financeira foi considerada símbolo de identidade nacional e sinônimo de segurança e ascensão profissional para os seus funcionários.

“O plano de reestruturação do BB, que tinha por objetivos a redução de custo e a melhoria de resultados, para torná-lo mais competitivo, tinha claras motivações neoliberais e vinha acompanhado do argumento da modernização. Ocorre, porém, que esta modernização alterou a missão do banco. De uma instituição que tinha como metas a concretização de objetivos sociais e a promoção do desenvolvimento nacional, ela passou a atuar nos moldes de uma organização privada, voltada apenas para o lucro”, destaca a autora.

